

Sales Augustos dos Santos.*

Projeto Políticas da Cor na Universidade Federal do Mato Grosso**.

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo descrever o impacto resultante no desempenho acadêmico e na visão de mundo dos discentes bolsistas de um projeto de ação afirmativa, o Projeto *Políticas da Cor na Universidade Federal de Mato Grosso*, que está sendo executado nessa universidade. Em menor grau, o artigo descreve também o impacto desse projeto no meio acadêmico da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), em especial, entre os docentes coordenadores e tutores do projeto.

Palavras-chave:

Ação afirmativa – projeto de permanência, desigualdade racial, racismo, identidade racial

Eu acho que a característica mais importante dele [do projeto] é dar visibilidade à questão das desigualdades raciais. Por que? Porque meninos negros se reúnem quinzenalmente, em conjunto, aqui no Instituto de Educação [da UFMT] para discutir com a gente, ou em grupo nos diferentes institutos. A universidade sabe, não tem como ela não saber mais que existe desigualdade racial no Brasil. (...) Ele é um projeto de tutoria. A gente pega os meninos e não larga mais. Eles choram, reclamam, sapateiam, mas a gente acompanha a leitura, acompanha a escrita, e fala: olha, tem esse problema, [etc, etc]. Acompanhar para fazer pesquisa, eles são incorporados as nossas pesquisas. (Depoimento de uma Professora).

Você não pode pegar um professor racista para trabalhar alunos negros ou um professor que não sabe que existem alunos negros, não pode (Depoimento de uma Professora).

** Este artigo é apresentado como resultado de nossa participação como consultor do Programa *Políticas da Cor na Educação Brasileira* (PPCOR), do Laboratório de Políticas Públicas (LPP), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), financiado pela Fundação FORD. Somos gratos, pela colaboração, aos professores coordenadores e tutores do projeto *Políticas da Cor na Universidade Federal de Mato Grosso*, bem como aos seus alunos bolsistas, ao nos

Introdução

O projeto *Políticas da Cor na Universidade Federal de Mato Grosso* visa a estimular a permanência de alunos de graduação negros de baixa renda na UFMT, embora os seus coordenadores tivessem a intenção de ampliá-lo, transformando-o também em um projeto de acesso à graduação, conforme consta na proposta apresentada ao (e aprovada pelo) Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira (PPCOR).

Este projeto tem como objetivo geral:

promover ações que contribuam para alterar o quadro de desigualdades raciais no interior da Universidade Federal do Mato Grosso por meio de políticas de ação afirmativa, provocadoras do acréscimo do percentual de ingresso e de permanência de negros no ensino ministrado pela instituição, com a respectiva diplomação em tempo hábil e com padrão de excelência.

Os seus objetivos específicos são:

a) sensibilizar e mobilizar a comunidade universitária com vistas à discussão, elaboração e defesa de propostas de cotas e de propostas alternativas para ingresso na UFMT; b) intensificar as discussões sobre a condição do negro em educação e suas implicações na busca da cidadania e no acesso ao 3º grau; c) oferecer a um grupo de estudantes negros pobres que ingressam na UFMT, condições materiais necessárias a sua permanência e conclusão do curso em tempo hábil; d) realizar o acompanhamento do desempenho acadêmico de um grupo de estudantes negros pobres de cursos de graduação com a paralela recuperação de possíveis deficiências constatadas, com vistas ao alcance de um padrão de excelência na sua formação; e) preparar os alunos desse grupo, que demonstrarem uma maior vocação acadêmica para ingressarem em Programas de Pós-graduação; e f) possibilitar a construção da identidade negra nos estudantes, sujeitos deste projeto, transformando-os em agentes multiplicadores das discussões e das ações transformadoras da condição do negro brasileiro (NEPRE, s/d:15).

conceder as entrevistas, em 16/08/2003, que possibilitaram a elaboração deste artigo. Também somos gratos a Renato Emerson dos Santos, professor da UERJ e um dos coordenadores do PPCOR, por nos convidar para participar da avaliação de alguns projetos de ação afirmativa financiados pelo PPCOR, cuja participação possibilitou a elaboração deste artigo.

O projeto foi gestado no Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais e Educação (NEPRE), da UFMT. O núcleo tem como parceiro o Programa de Estudos sobre o Negro na Sociedade Brasileira (PENESB), da Universidade Federal Fluminense (UFF). Essa parceria foi decisiva para a elaboração do projeto, bem como tem sido importante para a concretização de suas propostas e/ou objetivos. De acordo com a coordenadora do projeto *Políticas da Cor na Universidade Federal de Mato Grosso*, professora doutora Maria Lúcia Muller, as razões que a levaram a apresentá-lo ao PPCOR foram condicionadas pelo fato de ela discutir as relações raciais brasileiras com a professora doutora Iolanda Oliveira, na UFF, e ser uma das fundadoras do PENESB.

Assim, este projeto surge por iniciativa de professores que estudam/pesquisam as relações raciais brasileiras há mais de uma década. Alguns professores entrevistados¹ iniciaram seus estudos acadêmicos sobre relações raciais no início da década de 1990:

Eu, desde 1991, quando começamos a estudar, eu e a [professora x]. A gente se encontrava nos corredores e aí começamos a conversar, porque a gente [sabia que era] importante, porque nós já tínhamos trabalhado em escola da rede. Então sabíamos que as crianças negras sofriam muito. A gente começou a estudar, daí fez pesquisa, começou por aí [o estudo acadêmico sobre relações raciais] (Professora).

Eu, desde 1992, na graduação, com bolsa de iniciação científica, eu estudava o tema de relações raciais (Professora).

Além disso, alguns dos professores tutores do projeto *Políticas da Cor na Universidade Federal de Mato Grosso* também tiveram experiência militante, ou seja, já haviam militado nos movimentos sociais negros ou eram muito próximos a esses:

De 1993 a 1995, participei do primeiro seminário dos universitários negros. Foi em Salvador e, a partir desse congresso, nós fundamos aqui na universidade [UFMT] um núcleo de discussão sobre o negro, que fazia algumas reuniões no Restaurante Universitário (RU), depois do almoço ou jantar. Mas, em 1995 eu me formei, foi a minha graduação, aí já comecei meu trabalho e [interrompi a militância] (Professora).

¹ Entrevistamos quatro professoras e um professor (uma coordenadora e quatro tutores), no dia 16/08/2003. A entrevista foi coletiva, como um grupo focal. Fazíamos as perguntas e pedíamos para qualquer professor(a) respondê-las. Caso a resposta fosse consensual, passávamos para outras questões. Caso houvesse divergências ou outras considerações por parte dos professores(as), qualquer um(a) poderia manifestá-las. As opiniões, pensamentos, reflexões ou argumentos expressos pelos professores que aparecem nas citações acima são aquelas consensuais ou com que a maioria absoluta dos entrevistados concorda. Geralmente essas opiniões/argumentos aparecerão na primeira pessoa, mas conforme a explicação acima, expressam o que o grupo consensualmente pensa.

Eu já militei nos anos de 1990 até 1994. Hoje eu tenho só participado do Fórum de Entidades Negras. E agora eu só tenho participado do Fórum que reúne os movimentos do estado e tem discutido algumas questões mais ao nível de políticas governamentais (Professor k).

Eu nunca fui militante filiada, mas sempre acompanhei assim, participando, e atualmente, ainda de vez em quando... Mas não sou assim [militante]. Organicamente, não; mas estou sempre próxima do movimento (Professora).

Como se vê, as experiências acadêmicas e militantes dos professores condicionaram o surgimento do projeto. Mais do que isso, elas proporcionaram uma nova visão sobre a questão racial brasileira, não só para alguns universitários negros da UFMT – os bolsistas do projeto – mas também para muitos docentes dessa universidade.

Assim sendo, no presente artigo, buscaremos verificar se as metas do projeto foram atingidas, bem como se o projeto proporcionou a elevação da auto-estima dos bolsistas, a desconstrução, a reconstrução ou mesmo a construção da identidade racial dos bolsistas.

Analisando o projeto *Políticas da Cor na Universidade Federal de Mato Grosso*

Para fins didáticos, dividiremos a nossa análise desse projeto de ação afirmativa em dois tipos. A primeira, que será mais sintética, denominaremos de *análise objetiva*. Com ela, verificaremos se as metas propostas pelo projeto foram atingidas. A segunda análise, que denominaremos de *análise subjetiva*, busca verificar se o projeto proporcionou outros benefícios, que não estavam previstos em seus objetivos explícitos, tais como, entre outros, a elevação da auto-estima dos bolsistas.

Ao realizarmos a visita técnica ao projeto, em agosto de 2003, verificamos que o *Políticas da Cor na Universidade Federal de Mato Grosso* não gozava de uma infra-estrutura adequada. Ele estava fisicamente localizado no NEPRE, que por sua vez funcionava na sala da coordenadora do projeto. Nessa não havia computadores, onde professores e alunos/bolsistas pudessem realizar trabalhos e acessar a Internet. Nesse espaço físico eram realizadas reuniões quinzenais entre professores e alunos para orientação, entre outras atividades.

Mas alunos e professores tinham acesso às salas de aula e/ou aos auditórios do Instituto de Educação da UFMT, para a realização das reuniões (entre professores tutores e alunos), seminários, palestras, entre outras atividades acadêmicas do projeto. Portanto, o projeto, naquela época, era deficiente em termos de infra-estrutura para o seu pleno funcionamento. Além disso, uma das maiores deficiências do projeto, conforme afirmação dos professores, era a falta de recursos monetários para reprodução de textos, compra de livros, entre outros materiais, haja vista que esta parte não era financiada pelo PPCOR.

(Entrevistador) *Não há um espaço físico para o projeto funcionar?*

Não. Tem aquela salinha do NEPRE. A gente, normalmente, se encontra no auditório da pós-graduação, mas não tem uma sala. Primeiro que não tem uma sala aqui no nosso instituto. A gente não tem uma sala do projeto, não tem funcionário, não tem computador. Tudo é emprestado. Não tem infra-estrutura nenhuma. A gente tinha pedido, e na negociação final foi cortado um computador e uma impressora. Nós usamos os nossos computadores (Professora).

E, ainda, a sala do NEPRE é a sala da professora [y]. Não é a sala do NEPRE, é a sala da professora [y] (Professora).

O projeto, na época, tinha vinte e oito bolsistas e seis professores tutores. Numa das salas de aula do Instituto de Educação, entrevistamos os professores tutores do projeto, bem como dez bolsistas². Dois desses alunos se autoclassificaram como pardos e oito como pretos, conforme os questionários que responderam. A maioria absoluta dos pais destes alunos, 70%, possuía até o primeiro grau completo, porém, 10% dos pais dos bolsistas do *Políticas da Cor na Universidade Federal de Mato Grosso* são analfabetos. Nove dos alunos entrevistados concluíram o ensino médio em escolas públicas e apenas um o concluiu em escola privada. Portanto, ao que tudo indica, realmente foram selecionados bolsistas afro-brasileiros de baixa renda, de acordo com a proposta do projeto.

Considerando apenas os seus objetivos manifestos, podemos afirmar que o projeto estava logrando sucesso, embora não tivesse conseguido implementar “um curso pré-vestibular para alunos pobres sem distinção de cor”, como

² As entrevistas foram separadas. Primeiro entrevistamos os professores e depois os bolsistas.

³ Aliás, embora a proposta do NEPRE tenha sido um projeto de ação afirmativa de “acesso” e “permanência” na universidade, o seu projeto foi aprovado pelo PPCOR somente como sendo de “permanência”, conforme consta no resumo do projeto fornecido pelo PPCOR.

⁴ Ante a esse fato, entendemos que este projeto também visa ao “acesso” à pós-graduação. Ou seja, também é um projeto de acesso e não somente de permanência.

⁵ Aqui iniciamos o que denominamos de análise subjetiva.

⁶ Conforme afirmamos antes, entrevistamos dez bolsistas. Como ocorreu com os professores, a entrevista foi coletiva. Fazíamos as perguntas e pedíamos para qualquer bolsista respondê-las. Caso a resposta fosse consenso, passávamos para outras questões. Caso houvesse divergências ou outras considerações por parte dos outros bolsistas qualquer um poderia manifestá-las. As opiniões, pensamentos, reflexões ou argumentos expressos nas citações acima foram consensuais ou tiveram concordância da maioria absoluta dos entrevistados. Geralmente essas opiniões e argumentos aparecerão na primeira pessoa, mas conforme a explicação acima, expressam o que o grupo consensualmente pensa.

era um de seus objetivos, nem tivesse apresentado até aquele momento nenhuma proposta de cotas para negros, no vestibular da UFMT. O sucesso do projeto deve-se à modificação das possibilidades de permanência³, embora se possa dizer que em certo sentido o projeto também é de acesso, dado que também visa a preparar os alunos em conclusão de graduação para se inserirem em programas de pós-graduação⁴. Quanto a este objetivo específico do projeto, de “preparar os alunos desse grupo que demonstrarem uma maior vocação acadêmica para ingressarem em Programas de Pós-graduação”, pode-se dizer que ele também obteve sucesso neste item, haja vista que uma ex-bolsista do projeto havia ingressado no Mestrado em Educação da UFMT. Mesmo tendo ingressado apenas uma pessoa na pós-graduação da UFMT, não se pode negar que este êxito cabe ao projeto, pois o acesso desta ex-bolsista à pós-graduação com certeza foi condicionado pelo acompanhamento do seu desempenho acadêmico pelos tutores, proporcionando a ela um padrão de excelência na sua formação acadêmica. Portanto, em termos do que foi proposto pelo projeto *Políticas da Cor na Universidade Federal de Mato Grosso* como meta, e do que objetivamente foi alcançado, nós avaliamos que este projeto teve, e ainda continua tendo, êxito acadêmico, como se verá mais abaixo.

Contudo, a implementação desse projeto de ação afirmativa na UFMT não foi fácil, principalmente no seu início⁵. Houve resistência tanto do corpo discente como do docente. Segundo os bolsistas⁶, os seus pares acadêmicos, ou seja, os alunos da UFMT, principalmente os brancos, tiveram uma reação bastante negativa ao projeto no seu início. Esses alunos acusavam os participantes do *Políticas da Cor na Universidade Federal de Mato Grosso* de estarem sendo injustos com os alunos brancos e faziam piadas com os bolsistas, dizendo-lhes “vou me pintar de preto”, entre outras críticas negativas:

De imediato, é como o [estudante x] falou. Primeiro, criticaram; acharam que era um absurdo a gente conseguir uma bolsa porque é negro. Mas depois que a gente, como o [estudante x] disse, aprende a argumentar, aprende a falar sobre o porquê de você estar conseguindo aquilo, eu acho que a pessoa clareia um pouco mais a mente, e começa a falar assim: é, está certo (Estudante y).

Meus amigos brancos, no caso, aqui da faculdade, não aceitam muito. Eles vêem que você, no caso, está sendo privilegiado, tem uma renda, tem um tempo para estudar. Mas eles não aceitam dessa forma, porque eles não têm esse privilégio. Agora, os alunos negros, acham interessante

entrar e participar do projeto. Eles querem participar, porque eu acho que o projeto passa coisa boa. Falam que estar no projeto é bom. Eles aceitam e querem (Estudante).

A coordenadora e os professores tutores do projeto também afirmaram ter encontrado resistência contra o mesmo. Especialmente, pelo fato de o projeto buscar introduzir de forma qualificada a questão racial na agenda da UFMT, discussão esta considerada sem importância para os acadêmicos da Universidade ou até mesmo é desqualificada pelos mesmos. Segundo a afirmação de uma das professoras entrevistadas, “eu quase apanhei”, quando nós, integrantes do NEPRE, fomos conversar com os coordenadores de curso [de graduação] da UFMT sobre o censo racial que o NEPRE iria realizar nessa universidade. Segundo os professores entrevistados, há resistências com relação à discussão da questão racial, especialmente se a discussão incluir a questão das cotas para negros no vestibular. Aí surge um medo enorme de se acabar com a tranquilidade acadêmica da UFMT:

Eu queria lembrar que quando a proposta da [professora x] foi apresentada, sobre o censo [racial, na reunião] dos coordenadores, [ela] quase apanhou!? Eu queria registrar a ocorrência, porque tinha um grupo grande de coordenadores, uma média de 20 ou 25, estavam em reunião e, quando a [professora x] falou do censo, eles queriam saber qual era o objetivo, e eles não conseguiram compreender que o que se queria era levantar onde estão os negros na universidade. Para eles, era a questão da cota, eles fecharam nisso. “Você está querendo discutir cotas na universidade?” E a gente [disse]: “não sei, talvez isso venha depois, mas nesse momento não é isso”. Mas não conseguiram [entender]; é como se tivessem fechado os olhos para entender qual era o objetivo naquele momento. Era bem a época que tinha acontecido o problema na UERJ sobre a questão da cota, estava assim... E houve um coordenador que disse assim: “para que trazer isso aqui, para que discutir essa coisa aqui, se está tudo tão tranquilo? Está tudo tão calmo, para que levantar essa questão aqui?” E a gente percebia que tinham uns dois ou três que estavam a favor [do censo] e os outros bem mais restritivos; e um professor ficou muito nervoso. E não conseguiam entender, então a resistência é grande. “Para

que cota? Nós não temos esse problema. Tem lá não sei onde, tem no Rio, na Bahia, na favela, mas aqui não tem isso” (Professora).

Embora forte, de acordo com os professores entrevistados, a reação não era objetiva, dado que ninguém afirmava explicita e publicamente que era contra o projeto ou mesmo tentava impedir claramente o funcionamento ou desenvolvimento do mesmo:

[A reação foi] fortíssima, inclusive a academia não considera como um tema [a questão racial] nobre. Por exemplo, o meu chefe de departamento acha um absurdo eu estar fazendo esse tipo de discussão. Até problematizou com a [professora y]. Na verdade, as pessoas não conseguem entender a importância do projeto. Entendem que é uma ação de discriminação. Há questionamento de “por que só para negro”. Agora, uma coisa é certa, depois de um ano, os resultados estão sendo vistos como surpreendentes pelos próprios professores que, no início, questionaram e não apoiaram o projeto. No meu departamento estão reconhecendo o salto de qualidade e desempenho dos alunos que participam do projeto. (...). Não é nada objetivo, fora esses ataques, ninguém diz assim: “Não, imagina, que besteira!”.

Nós estamos propondo um curso de especialização, mais exigências frescas aparecem: “Não deu tempo para ...”, “Tem que mudar duas coisas”. Isso só para postergar mais um pouquinho. O NEPRE levou dois anos para ir para o conselho universitário. Dois anos! Para ser regulamentado, porque é um processo, mas não precisava ser de dois anos. Levam de três a seis meses no máximo [a aprovação de núcleos de estudo na UFMT]. Não é uma coisa que se diga assim: “não, ele me ofendeu”. (Professora).

Apesar de haver resistência ao projeto até a data em que realizamos a visita ao *Políticas da Cor na Universidade Federal de Mato Grosso*, ao que parece, tal resistência estava tendendo a diminuir, entre outros fatores, porque alunos e professores envolvidos criaram estratégias para convencer os oponentes e conquistar aliados. Segundo os alunos, o próprio projeto os têm preparado melhor para contra-argumentar a respeito dos ataques contrários a ele, pois

eles estavam se capacitando intelectualmente, não só sobre a questão racial brasileira, mas também sobre outras formas de opressão:

Eu vejo assim, o primeiro passo para gente conseguir ser aceito, é sermos pessoas equilibradas. Por exemplo, eu não tenho que respirar racismo, beber água de racismo, olhar racismo, tudo que eu ver, ter racismo. Mas procurar, assim, de uma maneira que eles não percebam, estar transmitindo para eles aquilo que você conhece. Sem estar, que nem assim, por exemplo: eu sou evangélico, o [Estudante w] é evangélico, mas eu não concordo com aquelas pessoas que sentam do seu lado e dizem: “você tem que aceitar Cristo, porque se você não aceitar, você vai morrer no fogo do inferno”. Então, por exemplo, se eu chegar numa pessoa e falar bem assim: o racismo é isso, o racismo é aquilo ... ela vai passar a ficar com raiva de mim, ao invés de aceitar as idéias que eu estou passando para ela. Agora se eu for falar assim, equilibrado, transmitindo as idéias com equilíbrio, ela vai passar a me aceitar, vai passar a me ver melhor e vai passar a se interessar pelo assunto (Estudante).

Hoje em dia, eles é que perguntam para mim: e aí como é que está lá no projeto? O que vocês estão falando sobre a política de cotas e tal? Eles é que perguntam. E aí junta aquela roda para você ficar falando (Estudante).

Essa resistência também estava tendendo a diminuir em face dos debates públicos sobre as relações raciais brasileiras, promovidos pelos professores tutores. Estes estavam legitimando não só o projeto, mas também a discussão da questão racial na UFMT, na cidade Cuiabá e até no Estado de Mato Grosso como um todo. Além disso, como afirmou acima uma das professoras entrevistadas, o projeto proporcionou uma melhora surpreendente no rendimento escolar dos bolsistas em seus cursos de origem. Esta melhora foi tão exuberante que professores que questionavam o projeto *Políticas da Cor na Universidade Federal de Mato Grosso* no seu início, agora estavam reconhecendo o salto de qualidade e desempenho dos bolsistas. “[Na] Economia, isso é visível. Eram alunos com muitas dificuldades. Com baixo rendimento. Aí as pessoas começaram a perceber a importância [do projeto]”, após a melhora inquestionável do desempenho acadêmico dos bolsistas do *Políticas da Cor na Universidade Federal de Mato Grosso*. Mesmo assim, ainda havia resistências ao projeto por parte da maioria dos professores da UFMT, que geralmente evita participar dos eventos organizados pelo NEPRE. Nestes eventos,

Nós temos uma participação mais intensa dos alunos e da comunidade externa que dos professores. Há uma resistência maior dos professores (Professora).

Eu vejo assim, em relação aos professores, é uma situação de não querer mesmo dar o aval a uma questão, à atividade... De legitimar a discussão. Eu vejo muito mais por aí. Uma outra coisa que eu tenho observado, é que tem muita participação dos alunos da pós-graduação, e não só pós-graduação da Educação, mas da História tem bastante. Mas assim, com relação aos professores, tem isso: eles não vão legitimar, não vão porque não querem mesmo legitimar essa discussão. Vêm como uma questão menor mesmo (Professor).

Porém, reações institucionais abertas, manifestadas claramente, da direção da UFMT ou de qualquer outra unidade acadêmica da Universidade contra o *Políticas da Cor na Universidade Federal de Mato Grosso* não houve. Os coordenadores do projeto eram até convidados pela direção da Universidade para discutir a questão racial quando havia demandas dos movimentos sociais negros do Estado de Mato Grosso à Universidade. Em função disso, entre outros fatores, os integrantes do NEPRE concordaram com a consideração de que a reação ao projeto é passiva.

Eu acho que a reação não é negativa, mas é uma reação passiva. A princípio eu acho que apostavam que não ia dar em nada [o projeto]. Ia ser mais um grupo, “então vamos deixar, vamos ver onde vai dar”. Então acho que mais nesse sentido. Mas assim: nós vamos fazer alguma coisa? Então vamos lá e tal. Estamos sempre à disposição. E essas são as coisas que a gente vê, a gente vai analisar e ver em relação a essas coisas. Eu vejo muito por aí, mais como um descaso, [tipo] “vamos ver aonde vai dar”. A [professora x] sempre fala: “esse bando de malucos vão para onde?”. Mas agora não tem mais jeito (Professora).

Deve-se lembrar, todavia, que o projeto não tinha uma sala própria até o momento em que o visitamos, em agosto de 2003, e que o NEPRE levou mais de dois anos para ser aprovado institucionalmente na UFMT, enquanto outros núcleos não levaram mais de seis meses. Além disso, deve ser registrado que, segundo os professores entrevistados, a UFMT estava discutindo a sua

estatuínte, mas estava evitando a discussão da questão racial na mesma. Os professores da UFMT tinham medo de que a questão racial passasse a ser um problema nessa Universidade, como foi o caso da implementação de cotas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Segundo os professores entrevistados,

Tinham medo de isso [a discussão sobre cotas] passar a ser um problema. Se a gente for discutir cotas, vai ser uma discussão muito ampla, vai ter vários momentos de discussão, não é uma coisa assim (Professora).

Isso é tão claro que neste momento a universidade está discutindo a sua estatuínte e a questão racial não está posta nesta discussão (Professora).

Inclusive as pessoas chegaram e disseram: a [professora y] tinha que estar participando [da estatuínte], tinha que ter um grupo (Professora).

Foram formadas várias comissões para discutir e a questão racial não foi colocada, como se [ela] não existisse (Professora).

Fomos convidadas e quando alguém sugeriu incorporar [a questão racial], falaram: “não, isso é um problema, deixa fora, se entrar vai entrar depois, nas emendas, sei lá, mas não vamos discutir essa questão”. (Professora).

-(Entrevistador): *Outros núcleos foram convidados para participar?*

Tem vários núcleos pela UFMT que não fazem [nada]. Na verdade, sem a menor pretensão, quem mais apronta [trabalha] nessa universidade, faz atividades, divulga, faz cartazes, camisetas somos nós. (...) Agora, estou sabendo, tem um colega aqui no instituto que discute índio, não tem núcleo, não tem trabalho de extensão, não tem essa ligação com a sociedade. E ele foi convidado, segundo a [professora c], para comissão e nós não fomos. Como não fomos convidados para congregação, nós devíamos estar na congregação. Mas a gente continua trabalhando (Professora).

Apesar da resistência “passiva” com relação ao projeto *Políticas da Cor na Universidade Federal de Mato Grosso*, pode-se afirmar que, após sua implementação na universidade, houve várias mudanças no que diz respeito ao estudo das relações raciais, entre as quais o fato de a mesma ganhar visibilidade, não somente na UFMT, mas em todo o Estado de Mato Grosso. Com isto, os docentes da Universidade tenderam a ficar mais abertos para discutir temas na área de relações raciais, e mais, este é agora um tema que entrou na agenda acadêmica ou, se se quiser, entrou na agenda pública da Universidade Federal do Estado de Mato Grosso. Segundo os professores entrevistados, na época em que visitamos esse projeto, os professores da UFMT já não desestimulavam mais os seus alunos a discutirem a questão racial, como faziam no início do projeto.

Outra evidência [de que os professores da UFMT estão mais abertos para a discussão da questão racial], que eu vejo importante, por parte dos colegas professores, é que hoje eles não desestimulam os alunos a discutirem isso. Porque o aluno chegou fazendo referências à temática da questão racial, ele diz assim: “olha, tudo bem, procura fulano”. Para mim é uma evidência (Professor k).

Eu acho que um ponto muito positivo do NEPRE é que a partir da formação do núcleo, e também da entrada do projeto, toda vez que tem que discutir na mídia ou tem uma questão sobre a questão racial, nós somos chamadas para dar uma opinião. Então, todas essas questões colocam a universidade meio que na defensiva. Eu vejo que, depois da criação do projeto, essa universidade tem sido outra. Com todos esses problemas que a gente está levantando, com todas as dificuldades que partem da administração em relação ao projeto e a essa questão. Mas acho que o núcleo do projeto tem ganhado muita responsabilidade, por tudo que já foi feito, desde a apresentação do projeto até aqui. Os eventos, seminários, pessoas que a gente tem chamado para discutir, tanto a sociedade, como a própria comunidade acadêmica. Agora eu vejo um caminho sem volta, não tem mais volta. É entrar nisso ou então vai ter que se enquadrar nessa discussão, não tem mais como voltar. Acho que isso é um ponto muito positivo do projeto. O resultado, os alunos têm demonstrado nas suas faculdades e cursos (Professora).

Também ficou visível a construção de uma solidariedade acadêmico-racial entre os professores, ou melhor, a criação de vínculos entre os professores que transcendem o espaço acadêmico, local onde foi gestado o projeto. Conforme os professores que participam do *Políticas da Cor na Universidade Federal de Mato Grosso*, o projeto possibilitou a integração de pessoas de diferentes unidades acadêmicas que tinham interesses comuns com a questão racial, mas trabalhavam separadamente, individualmente, com o assunto. Alguns desses professores tinham mais de dez anos de pesquisa na área de relações raciais e outros tinham antigas trajetórias de militância em movimentos sociais negros. Assim, o projeto de ação afirmativa implementado na UFMT possibilitou a formação de um grupo engajado de professores contra o racismo acadêmico.

Não somente entre os professores houve a construção e o fortalecimento de laços acadêmico-científicos e de amizade. Entre os alunos isso também ocorreu. Segundo uma das professoras entrevistadas, os alunos estavam

cada vez mais próximos, mais amigos, se comunicam [mais], saem juntos nos finais de semana. Também, eles têm mais tempo que nós. Eles estão extremamente integrados. Essa integração foi fundamental entre eles.

Conforme os próprios bolsistas afirmaram: “hoje a gente se encontra, pára, conversa. Nos tornamos realmente pessoas conhecidas umas das outras”.

Na realidade, os bolsistas do *Políticas da Cor na Universidade de Mato Grosso* também estabeleceram um vínculo de amizade e de solidariedade racial que nunca tinham experienciado em sua vivência acadêmica. A maioria absoluta dos bolsistas não se conhecia, sendo o projeto *Políticas da Cor na Universidade de Mato Grosso* o instrumento de união e de criação de vínculos entre os mesmos. Aliás, todos eles iniciaram a discussão acadêmico-científica da questão racial brasileira no projeto, o que lhes proporcionou mudanças profundas em suas vidas. Por exemplo, alguns bolsistas que não conseguiam nem ouvir falar de relações raciais no Brasil antes de participarem desse projeto, passaram a não somente discutir o tema como também a fazer parte de um grupo acadêmico engajado contra a discriminação racial.

Eu assumo que não tinha vontade de falar sobre a questão do apoio [aos negros], ficava meio constrangida. Eu gostava de ... sei lá, entendeu? Eu não falava sobre isso, não gostava de falar. Até quando eu ouvia a história do

Brasil, eu detestava a parte que falava sobre os escravos. Porque não gostava, ficava toda sem jeito na sala. Eu não gostava, realmente. Hoje em dia, eu já me sinto totalmente à vontade para falar sobre isso, sem o menor [constrangimento] (Estudante).

Acho importante que hoje nós temos argumentos (Estudante).

Argumentos, porque, antes, falava sobre negro, tinha aquelas brincadeiras que dava até vontade de esganar o primeiro que passasse na minha frente. Mas você não tinha como argumentar, falar: não, não é assim, e explicar porque não é assim. Agora não, agora a gente pode sentar e falar: não é assim porque agora eu sei que não é dessa forma que você está falando, é bem mais, é diferente, é de outra forma que tem que ser pregada a nossa realidade como negro no Brasil e no mundo até (Estudante).

Daí também o projeto serviu para isso. Essa segurança para falar, para chegar e falar, não ficar insegura na frente de alguém que estiver criticando. Ou, para até mesmo na hora das críticas você ter segurança para defender a raça [negra] (Estudante).

Essa citação torna-se mais esclarecedora quando levamos em consideração a afirmação dos professores, logo abaixo, de que muitos alunos ficaram deprimidos durante as primeiras reuniões e/ou grupos de discussões sobre a questão racial brasileira, proporcionados pelo projeto. Era uma forma de resistência de muitos bolsistas à discussão, visto que a maioria absoluta tinha como principal objetivo receber tão-somente a bolsa oferecida pelo projeto quando se inscreveram no mesmo, segundo eles mesmos afirmaram ao serem entrevistados. A resistência dos alunos à discussão da questão racial foi sendo superada à medida que eles começaram a ter compreensão teórica sobre o tema; compreensão que foi proporcionada pela proposta pedagógica do projeto. Conforme os professores entrevistados,

Eles [os estudantes] ficaram deprimidos [com as primeiras discussões sobre a questão racial brasileira], o que é uma forma de resistência. Ou, então, um menino do [curso w],

que (...) não tinha a menor crítica [disse]: “minha mãe odeia ser preta, professora. Se ela pudesse tomar um remédio para ficar branca ela fazia”. Se lembra disso? [a professora pergunta aos demais professores presentes na entrevista]. É explicar, de tanto a gente discutir, por isso, “black is beautiful”, de tanto dizer isso os meninos diziam: Ah, esses malucos aí devem ter alguma razão (Professora).

Você percebia as reações, quando estava discutindo as questões, porque eu acho que foi um processo de convencimento. De convencimento mesmo, de dizer: “olha nós somos sujeitos, temos uma história, temos uma participação nesse país. Eles [os negros] não podem ser ignorados”. Então eu percebi a dor [de alguns bolsistas] ... Então, as reações eram muito evidentes. E fora [isso] tinha alguns que saíam assim como se tivessem sugado todas as [suas energias]. Acho que o processo... Doeu tanto para resistir àquilo que saíam assim, arrasados. Então foi ao longo do tempo que os encontros passaram a ser mais leves (Professora).

Mas no começo você via com muita clareza a dor que estavam sentindo por estar conhecendo essa história e saber que eles faziam parte dessa história. Eu tenho uma questão interessante, é que nós tivemos um aluno que se formou e saiu. No dia da entrevista [para ingresso neste projeto], foi perguntado se ele já tinha sofrido algum tipo de discriminação racial, e aí ele falou que não, que nunca tinha sentido. Mas com o desenvolvimento do projeto, ele veio confessar e disse: “Ah professora, sabe que eu sempre sofri discriminação racial, só que eu não percebia”. É aquela coisa, a gente não tinha o estabelecimento em relação a essa postura. Eles também não tinham a identidade, enquanto negro, não havia essa identidade. E diziam assim: sou mulatinho, moreninho, não sei o que. Ninguém dizia assim: eu sou preto, então o grande choque para eles era quando eles tinham que assumir uma identidade mesmo. Qual é a sua identidade racial? E aí eles caíam. E aí passavam a entender que as brincadeiras dos colegas aqui dentro da universidade eram em função do processo de discriminação, sim (Professora).

Eles são fruto dessa ideologia da democracia racial. Então é difícil e foi muito difícil para eles assumirem a questão da discriminação. Romper o mito da democracia e assumir essa questão da discriminação. Porque já vem passado não só assumir a identidade pessoal. Mas ele também tem que assumir junto à universidade. Na universidade, dizer “eu sou negro, participo do projeto, estou no projeto e esse projeto não é uma coisa assim, uma esmola, pelo coitadinho”... Sei lá o que se passava na cabeça deles. Mas, sim: isso também foi uma questão para eles. Vai assumir socialmente isso perante toda a academia, cursos, colegas e a universidade como um todo (Professora).

Eles foram superando isso no processo. Na medida que eles foram ganhando compreensão teórica e vivência dessa problemática, parece que eles foram saindo e ganhando auto-estima e, ao mesmo tempo, ganhando argumentos (Professora).

Após a participação no projeto, muitos bolsistas redefiniram a sua identidade racial, passando a se autotransclassificar racialmente como negros, enquanto alguns encontraram no projeto argumentos para reafirmá-la, como foi visto acima, mudando, ou melhor, elevando sua auto-estima. Conforme os bolsistas,

O que eu via na minha certidão de nascimento, quando era criança, era pardo. Aí eu falava: não, sou pardo, então; está escrito no papel; então, está escrito: eu sou pardo. Aí que eu fui me identificando, mas eu me identifiquei mais quando eu entrei no projeto, entendeu? Eu não me denominava negro, assim, negro. Eu me identifiquei no projeto. Fiquei sabendo; aí eu falei assim: não, eu sou negro; realmente, eu sou negro (Estudante).

(Estudante) *Eu estava achando que era pardo, no outro momento achava que era negro. Antes daqui [da participação no projeto] sempre achei que era pardo, depois que eu entrei no projeto me identifiquei como negro.*

(Estudante) *A criança já vem com essa. A criança nasceu e a mãe vai registrar: é pardo, é negro ou é branco. Aí, já está lá: é pardo, nem espera você crescer para definir sua cor direito.*

Eu defini porque antes de entrar no projeto eu me via somente como moreno. Moreno. Aí hoje eu vi um pessoal que falou: moreno. [E eu disse:] Moreno não, negão! Eu já vou com orgulho; e me chamam: ô negão! Opa, sou eu mesmo. Aí, então, eu defini uma outra, assim acho que devido à sociedade e à criação. Meus pais, eles nunca me ensinaram a falar que eu era negro. Sempre assim: você é moreno, você é moreno. Apesar de meu pai ser descendente de africano mesmo, da raça legítima, minha mãe é descendente de índio. Então, assim, meu pai, eles viviam falando pra mim: você não é negro, você é moreno, você é pardo, você é clarinho. Você é até mais claro que seu irmão; então, como você fala que você é negro? Então, quer dizer, a gente já traz aquele conflito. Vê lá se passasse alguém na rua assim: não, aquele lá é preto. Então às vezes eu não me denominava negro, hoje em dia eu me denomino negro (Estudante).

Assim, ao discutir as relações raciais brasileiras, o projeto *Políticas da Cor na Universidade de Mato Grosso* tem proporcionado mudanças profundas na vida acadêmica e pessoal dos seus bolsistas, inclusive na sua visão de mundo, no que tange à questão racial brasileira. Antes do projeto, a maioria absoluta dos bolsistas acreditava que a sociedade brasileira era racialmente democrática, ocorrendo “casos isolados” de discriminação racial. Após a participação no projeto, a sociedade brasileira passou a ser vista pelos bolsistas como racista:

Antes, eu via [a sociedade brasileira] como racialmente democrática, porque, assim, casos isolados no Brasil, que a gente via de pessoas sendo processadas porque chamavam, rotulavam, outra pessoa de negro, eram muito raros. E, agora, depois do projeto, eu, pelo menos, pude perceber que na maioria das coisas elas [as pessoas] colocam um pouco de racismo embutido naquilo. Então, assim, ampliou a visão de que nós ainda vivemos em uma sociedade racista e que, entre aspas, é um “racismo democrático” (Estudante).

Como expressei acima, as mudanças que o projeto proporcionou aos bolsistas vão desde a reflexão sobre a própria identidade racial até a desconstrução de uma sociedade brasileira racialmente democrática; e vão do individualismo intelectual até a construção de uma rede de interdependência acadêmica

entre os alunos. Dessa forma, pode-se afirmar que o projeto *Políticas da Cor na Universidade de Mato Grosso* tem proporcionado aos seus bolsistas, de um lado, o fim do isolamento acadêmico-racial, e, de outro lado, a construção de um vínculo de amizade para além desse projeto e da própria academia, que, em última instância, configura a construção de uma solidariedade racial. Mais do que isto, o projeto tem sido uma terapia coletiva para os seus bolsistas, haja vista que tem proporcionado a esses a elevação da sua auto-estima.

Os resultados positivos do *Políticas da Cor na Universidade de Mato Grosso* são consequências, segundo o nosso entendimento, de uma acertada política pedagógica, que tem buscado discutir de forma ampla e profunda a questão racial brasileira, por meio de filmes; de leituras de artigos e livros, sob orientação de professores tutores, sobre a questão racial brasileira; da apresentação dessas leituras⁷, discussão coletiva dos artigos e livros; e da participação em seminários, palestras, debates, entre outras atividades promovidas pelo NEPRE. Vale destacar aqui o curso de leitura e produção de texto, proporcionado pelo projeto, que foi fundamental para que os alunos pudessem ler, compreender e criticar objetivamente artigos e livros, bem como produzir fichamentos e resenhas de livros, assim como elaborarem os seus próprios textos.

Conforme foi visto até aqui, a proposta pedagógica deste projeto tem qualificado academicamente os bolsistas. Estes não só passaram a conhecer, compreender e analisar racionalmente a questão racial brasileira. O projeto também os qualificou intelectualmente para os seus próprios cursos de origem, tornando-os alunos-referência em seus departamentos, conforme nos informaram os professores. Os bolsistas do *Políticas da Cor na Universidade de Mato Grosso* estavam, assim, desenvolvendo uma aguçada capacidade crítica, no que diz respeito à análise das relações raciais brasileiras e tornando-se agentes anti-racistas dentro e fora da academia, dado que eles não discutiam o tema supracitado somente com os universitários, mas também com os seus vizinhos.

⁷ Quando estivemos na Universidade Federal de Mato Grosso, em 16/08/2003, realizando a visita ao projeto *Políticas da Cor na Universidade de Mato Grosso*, presenciamos a apresentação, por parte dos bolsistas, de vários artigos e um livro sobre a questão racial brasileira.

Eu tenho vários vizinhos da frente de casa, do lado de casa. Do lado de casa, mudou um vizinho agora. Do outro lado não tem gente morando, mas os vizinhos da frente de casa, que são afro-descendentes, terminaram o segundo grau agora, vão prestar o vestibular e eu estava comentando com eles que na universidade existe esse projeto. Que eles também são pessoas que vão necessitar de uma ajuda para continuar estudando aqui. Porque eles também não têm condições. Eu falei para eles que existe esse projeto, que não vê só a ajuda financeira, mas vai estar abrindo o

conhecimento deles para as questões raciais. E lá a gente vê muito, a gente pelo menos vê na internet, as coisas que trazem informações. Então a gente fica discutindo: aqui, está vendo, ó? Está vendo aqui? Você consegue perceber aqui o racismo implantado, impregnado aqui nessa reportagem, nessa notícia. Então, quer dizer, que eles estão, inclusive, de tanto a gente conversar e analisar pesquisas, querendo fazer jornalismo. Para eles aprenderem mais e poderem ser assim uma voz do povo, para trabalhar no meio de comunicação que cem milhões de brasileiros têm, que é a televisão. E assim trabalhar nessa área. Então, eu mesmo, tem hora, que estou conversando com eles, fico emocionado pelo desejo deles em trabalhar, em querer saber sobre a questão da raça. Saber de onde eles são. Como vieram para cá? Por quê? Quais os reais motivos? Realmente eu acho muito valioso nós comentarmos com nossos vizinhos a respeito disso (Estudante).

Conclusão

O projeto *Políticas da Cor na Universidade Federal de Mato Grosso* proporcionou um impacto acadêmico na UFMT nunca antes visto, no que tange às relações raciais. Não resta dúvida de que este impacto foi positivo em sentido amplo, mas não somente na Universidade Federal de Mato Grosso, ou na esfera acadêmica, o projeto proporcionou e ainda está proporcionando impactos positivos. Na sociedade motogrossense organizada, ou na esfera política, também se percebe a influência positiva desse projeto, ante a demanda por parte de órgãos dos governos estaduais e municipais aos coordenadores do projeto, para assessorá-los na discussão da questão racial. Dessa forma, e considerando tudo o que foi descrito, pensamos que este é um projeto de sucesso, contrariando expectativas negativas da maioria dos docentes e discentes da UFMT quanto ao mesmo. Esse projeto não só tem conseguido superar ou, se se quiser, driblar as barreiras existentes no campo acadêmico, como tem obtido êxito político ao proporcionar uma discussão qualificada da questão racial em Cuiabá, bem como por formar agentes sociais anti-racistas, de que têm sido exemplos os próprios bolsistas.

Estes bolsistas não só passaram a dominar conceitos básicos da área de estudo das relações raciais brasileiras, como elevaram a auto-estima mais facilmente. Além disso, passaram a ter uma visão bem mais crítica da questão racial no Brasil. Antes da participação nesse projeto, que é financiado pela Fundação Ford por meio do Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira (PPCOR),

a maioria dos bolsistas acreditava que o Brasil era um país racialmente democrático. Após a participação no *Políticas da Cor na Universidade Federal de Mato Grosso*, passaram a perceber que os negros são discriminados racialmente neste País. Esses bolsistas também construíram vínculos de amizade e solidariedade racial, não experienciados antes por eles. Isto possibilitou o fim do isolamento acadêmico-racial a que os universitários negros geralmente estão submetidos na maioria das instituições de ensino público superior. Por outro lado, os universitários negros bolsistas do projeto *Políticas da Cor na Universidade Federal de Mato Grosso* estão mais qualificados e/ou preparados e mais seguros academicamente, não só do ponto de vista da discussão da questão racial, mas também de forma ampla, dado que o seu desempenho acadêmico também melhorou sensivelmente após a participação nesse projeto de ação afirmativa, tornando-se referência ou modelo em seus cursos de origem.

Key words:

Affirmative action,
racial inequality,
racism, racial identity

ABSTRACT: The goal of this paper is to describe the impact on the academic performance and world view of students on scholarship participating in the ongoing affirmative action project *Colour Policies in the Federal University of Mato Grosso*. The paper also describes the impact of this project on the academic environment of the same university, especially among the professors responsible for the coordination of the project.

Bibliografia

CARVALHO, José Jorge. Exclusão racial na universidade brasileira: um caso de ação negativa. Em QUEIROZ, Delcele Mascarenhas (Coord.). *O negro na universidade*. Salvador: Novos Toques, 2002.

CARVALHO, José Jorge e SEGATO, Rita Laura. “Uma Proposta de Cotas para Estudantes Negros na Universidade de Brasília”. Versão revisada e ampliada. Brasília: UnB, mimeo, 2002.

CARVALHO, José Jorge e SEGATO, Rita Laura. “Proposta para Implementação de um Sistema de Cotas para Minorias Raciais na Universidade de Brasília”. Brasília: UnB, mimeo, 1999.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. *Do Silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. São Paulo: Contexto, 2000.

GENTILI, Pablo, LOBATO, Fátima e SANTOS, Renato Emerson dos. “Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira: Concurso Cor no Ensino Superior. II Reunião dos Coordenadores”. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, mimeo, 2003.

GENTILI, Pablo, LOBATO, Fátima e SANTOS, Renato Emerson dos. “Plano de Avaliação do Programa Políticas da Cor”. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, mimeo, 2003.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. *Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade*. Rio de Janeiro/São Paulo: Renovar, 2001.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. *Ação Afirmativa: Aspectos Jurídicos*. Em: ABONG. *Racismo no Brasil*. São Paulo: Peirópoles, ABONG, 2002.

NEPRE. *Projeto políticas da cor na Universidade Federal de Mato Grosso*. Cuiabá, mimeo, s/d.

OLIVEIRA, Dijaci David de, LIMA, Ricardo Barbosa de, e SANTOS, Sales Augusto dos. “A Cor do Medo: O Medo da Cor”. Em: OLIVEIRA, Dijaci David de et al. *A Cor do medo. Homicídios e relações raciais no Brasil*. Brasília: Editora da UnB, Goiânia: Editora da UFG, 1998.

SANTOS, Renato Emerson e LOBATO, Fátima (Orgs.). *Ações afirmativas. políticas contra as desigualdades raciais*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

SANTOS, Sales Augusto dos. *Entrevista com os alunos bolsistas do projeto políticas da cor na Universidade Federal de Mato Grosso*. Cuiabá, 16 de agosto de 2003.

SANTOS, Sales Augusto dos. *Entrevista com os professores coordenadores e tutores do projeto Políticas da Cor na Universidade Federal de Mato Grosso*. Cuiabá, 16 de agosto de 2003.

SANTOS, Sales Augusto dos. “Ação Afirmativa e Mérito Individual”. Em SANTOS, Renato Emerson e LOBATO, Fátima (Orgs.). *Ações afirmativas. políticas contra as desigualdades raciais*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

SANTOS, Sales Augusto dos. *Ação Afirmativa ou a Utopia Possível: O Perfil dos Professores e dos Pós-Graduandos e a Opinião destes sobre Ações Afirmativas para os Negros Ingressarem nos Cursos de Graduação da UnB. Relatório Final de Pesquisa*. Brasília: ANPEd/ 2º Concurso Negro e Educação, mimeo, 2002.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e., SILVÉRIO, Valter Roberto (Orgs.). *Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: INEP, 2003.

SOUZA, Jessé (Org.). *Multiculturalismo e Racismo. Uma comparação Brasil-Estados Unidos*. Brasília: Paralelo 15, 1997.